



PREFEITURA DE
CARAGUATATUBA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2023

MANHÃ

PROCURADOR

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Assinale a frase que não apresenta problemas de *coesão*.

- (A) É característica do chato que ele é a última pessoa a saber disso.
- (B) Geralmente aqueles que não têm nada a dizer conseguem levar o máximo de tempo para fazê-lo.
- (C) São raros os homens que sabem tolerar nos outros os defeitos que eles próprios têm.
- (D) A infelicidade é não saber o que se quer e fazer um esforço enorme para consegui-lo.
- (E) Após preparar o jantar da família saí apressado de lá por ter compromissos à noite.

2

Assinale a opção que mostra a frase em que ***não ocorre*** paralelismo sintático como nas demais.

- (A) Grandes mentes debatem sobre ideias, mentes medianas debatem sobre eventos, mentes pequenas debatem sobre pessoas.
- (B) Um fofoqueiro é alguém que fala para você sobre os outros, um chato é alguém que fala para você sobre si mesmo e um brilhante conversador é aquele que fala para você sobre você.
- (C) Cada homem possui três personalidades: a que exhibe, a que tem e a imaginária.
- (D) Alguém mais lento que você é um idiota, alguém mais rápido do que você é um maníaco.
- (E) Os homens amam com seus olhos e as mulheres amam com seus ouvidos.

3

Leia o fragmento a seguir.

A lenda dos três reis magos.

Ouro, incenso e mirra, esses foram os três presentes que os magos levaram ao Menino Jesus. Os magos não eram três e não eram reis. E provavelmente jamais existiram, mas têm nomes: Baltasar, Gaspar, Melquior. Suas fisionomias lembram as três etnias da Humanidade conhecidas na época em que a lenda se formou.

Sobre o fragmento, assinale a afirmativa ***inadequada***.

- (A) O título do texto já antecipa algo que não é verdadeiro.
- (B) Ao usar, no primeiro período, a expressão *os magos* já mostra o conserto de algo equivocado.
- (C) O termo *provavelmente* mostra uma certeza sobre a inexistência dos reis magos.
- (D) A alusão às etnias funciona como uma explicação para o aparecimento dessas figuras no texto bíblico.
- (E) Os presentes dados ao Menino Jesus também fazem parte das incertezas presentes na Bíblia.

4

Leia o texto a seguir.

A ignorância não pode servir de álibi a ninguém para violar a gramática, a Constituição de nossa língua. Entretanto, as transgressões da norma culta são recursos às vezes indispensáveis a romancistas, contistas e poetas.

Sobre a estruturação ou conteúdo do texto lido, assinale a afirmativa correta.

- (A) A língua literária tem momentos aceitáveis de transgressão à norma culta.
- (B) A expressão *servir de álibi* mostra a permissão jurídica de desrespeitar a norma culta.
- (C) O termo *entretanto* mostra a oposição entre a gramática e a Constituição.
- (D) A comparação entre a gramática e a Constituição mostra o valor ditatorial da linguagem correta.
- (E) A ignorância torna aceitáveis alguns erros no uso da linguagem.

5

Assinale a opção que apresenta a frase em que o emprego do pronome sublinhado está ***inadequado***.

- (A) A grande qualidade de um *notebook* é que, por mais que se ponham coisas nele, não fica maior nem mais pesado.
- (B) Acho justo que o meu auxiliar ganhe um salário elevado. O trabalho dele é mais aborrecido do que o meu.
- (C) A única coisa sem mistério é a felicidade porque ela se justifica por si só.
- (D) As pessoas mais felizes são aquelas que não têm nenhuma razão específica para serem felizes, exceto pelo fato de que elas são.
- (E) Deixei o carro na oficina pela manhã, mas eles me disseram que só estará pronto amanhã.

6

Assinale a frase que apresenta a *forma verbal* correta.

- (A) Ele se deteu diante da porta.
- (B) Ele se entertém com as crianças em todos os momentos.
- (C) Eles reaveram o dinheiro empregado.
- (D) Nós sempre vimos aqui.
- (E) Aqui sempre hão muitas pessoas.

7

Leia a frase a seguir.

Perde-se o Brasil, Senhor, porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar nossos bens. (Pe. Antônio Vieira)

As palavras destacadas na frase mostram

- (A) um substantivo abstrato que passa a concreto, quando colocado no plural.
- (B) vocábulos que possuem sentidos variados conforme a função sintática que desempenham na frase.
- (C) exemplos de palavras empregadas sucessivamente em sentido lógico e figurado.
- (D) casos de palavras que mudam de significado conforme o gênero e o número em que são utilizadas.
- (E) palavras repetidas a fim de dar um tom irônico ao seu emprego na frase.

8

Todas as frases abaixo mostram um grupo nominal formado por *substantivo + adjetivo*; assinale a frase em que a troca de posição entre os dois **não modifica** o sentido do grupo.

- (A) Quem escreve o livro é um autor defunto.
 (B) O personagem, segundo o próprio autor, trouxe uma imensa papelada.
 (C) Caos é o nome de qualquer ordem que produz confusão em nossas mentes.
 (D) Não tenho um caminho novo. O que eu tenho de novo é um jeito de caminhar
 (E) Você tem que pensar nas grandes coisas enquanto faz as pequenas, assim elas conduzirão à direção certa.

9

Assinale a opção que mostra a frase que se apresenta inteiramente coerente.

- (A) A resposta é talvez, e isso é definitivo.
 (B) A infelicidade é não saber o que se quer e fazer um esforço enorme para consegui-lo.
 (C) Você sempre errará 100% dos tiros que você não dá.
 (D) Infelizmente devo declinar de seu convite em função de um compromisso assumido posteriormente.
 (E) Nem tudo que reluz é ouro.

10

Entre as frases a seguir, assinale a que mostra um termo sublinhado que, como *hiperônimo*, retoma um termo anterior.

- (A) Bernardo mostra atualmente um grande entusiasmo por seu novo trabalho. Tal engajamento favorecerá sem dúvida seu progresso na companhia.
 (B) Célia acaba de nos contar uma história estranha. Essa história se passa no início do século passado.
 (C) A censura classifica os filmes apresentados pelos distribuidores. Esses profissionais nem sempre estão de acordo com as decisões tomadas sobre isso.
 (D) A neve começou a cair e, algumas horas mais tarde, tudo estava coberto. Um imenso tapete branco se estendia a perder de vista.
 (E) A escrita data de vários séculos. Você sabe de quando é o primeiro alfabeto?

Raciocínio Lógico Matemático

11

Considere a seguinte sequência infinita de algarismos construída graças à repetição do bloco **121231234**, em que tais algarismos são escritos, um por vez, da esquerda para a direita.

12123123412123123412123123412123...

Quando o dígito 3 for escrito pela 183ª vez, o algarismo 2 já terá sido escrito

- (A) 272 vezes.
 (B) 273 vezes.
 (C) 274 vezes.
 (D) 275 vezes.
 (E) 276 vezes.

12

Sobre uma linha reta estão dispostos os pontos A, B, C, D, E e F, nessa ordem, da esquerda para a direita, de modo que a distância entre os pontos A e C é igual às distâncias entre os pontos B e E e entre os pontos D e F.

Se as distâncias entre A e B, entre C e D e entre E e F valem, respectivamente, 11cm, 2cm e 7cm, a distância de B a D mede

- (A) 11cm.
 (B) 10cm.
 (C) 9cm.
 (D) 8cm.
 (E) 7cm.

13

Em um grupo de pessoas, exatamente 32% delas têm pós-graduação e, ao todo, 36% do grupo falam um 2º idioma. Entre as que não possuem pós-graduação, apenas 20% falam um segundo idioma.

Entre as pessoas que não falam um segundo idioma, aquelas que possuem pós-graduação correspondem a

- (A) 78,75%.
 (B) 15,00%.
 (C) 14,18%.
 (D) 13,60%.
 (E) 9,60%.

14

Sejam A, B, C e D números inteiros e positivos tais que

$$A + B + C = 807$$

$$A + B + D = 811$$

$$A + C + D = 997$$

$$B + C + D = 1009$$

Deduz-se que a soma desses quatro números é igual a

- (A) 1.208
 (B) 2.010
 (C) 2.832
 (D) 3.216
 (E) 3.624

15

Um tanque com capacidade máxima de 120 litros encontra-se inicialmente com 52,5 litros. Uma torneira que despeja água no tanque à vazão constante de 7,5 litros por minuto, é acionada e mantém-se operando continuamente durante 8 minutos. Ao final desse intervalo, a torneira é desligada.

Para que o tanque ficasse completamente cheio, seria necessário que a torneira operasse por mais

- (A) 60 segundos.
 (B) 50 segundos.
 (C) 45 segundos.
 (D) 40 segundos.
 (E) 30 segundos.

16

Em uma caixa (A), há exatamente 3 bolas, sendo uma branca e duas pretas. Em outra caixa (B), há apenas 4 bolas, sendo uma branca e as demais pretas.

Uma bola é sorteada aleatoriamente de A e colocada em B, que passa a ter 5 bolas. Em seguida, uma bola é sorteada, ao acaso, da caixa B.

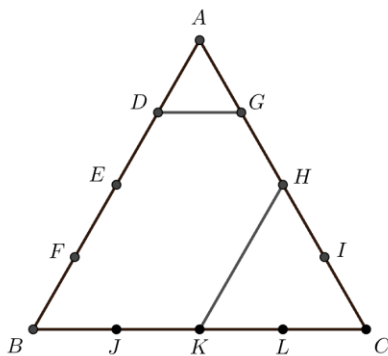
A probabilidade de que a bola sorteada de B seja branca é

- (A) 2/15.
- (B) 4/15.
- (C) 2/7.
- (D) 3/7.
- (E) 1/3.

17

A figura a seguir ilustra um triângulo equilátero ABC com os pontos D, E, F, G, H, I, J, K e L dispostos sobre seus lados de modo que:

- AD, DE, EF e FB têm todos a mesma medida;
- AG, GH, HI e IC têm todos a mesma medida;
- BJ, JK, KL e LC têm todos a mesma medida.



A razão entre as áreas do triângulo CHK e do polígono pentagonal DBKHG é

- (A) 2/5.
- (B) 3/8.
- (C) 4/11.
- (D) 5/12.
- (E) 7/16.

18

Considere o ponto P (2,4) no plano cartesiano. Há dois pontos, A e B, que pertencem à reta $x = 6$ e que distam 5 unidades de comprimento do ponto P.

A distância entre os pontos A e B é

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 6.
- (D) 5.
- (E) 4.

Noções de Informática

19

Assinale a opção que indica a extensão de arquivo padrão dos documentos de texto criados no LibreOffice Writer.

- (A) .odp
- (B) .ods
- (C) .odt
- (D) .odb
- (E) .odg

20

Assinale a opção que indica o atalho de teclado usado para abrir a janela de propriedades de um arquivo ou pasta no Windows Explorer.

- (A) Alt + Enter
- (B) Ctrl + P
- (C) Shift + Enter
- (D) Alt + P
- (E) Ctrl + Enter

21

Um usuário salvou seu arquivo PowerPoint como modelo habilitado para macro. Assim, esse arquivo ficou com a seguinte extensão:

- (A) .potx
- (B) .ppsx
- (C) .pptx
- (D) .pptm
- (E) .potm

22

Assinale a opção que indica a extensão de arquivo comentado associada a arquivos de backup criados pelo Windows.

- (A) .tmp
- (B) .res
- (C) .old
- (D) .bat
- (E) .bak

23

As opções a seguir apresentam extensões de arquivos compactados, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) .cab
- (B) .rar
- (C) .tar
- (D) .csv
- (E) .zip

24

Um usuário inseriu os seguintes valores na planilha MS Excel a seguir.

	A	B	C
1	-10	5	-15
2			
3			
4			

Em A3, inseriu a fórmula = (ABS(A1)+B1*C1)/ABS(B1).

Portanto, o valor exibido em A3 foi

- (A) - 5.
- (B) 10.
- (C) - 10.
- (D) 13.
- (E) - 13.

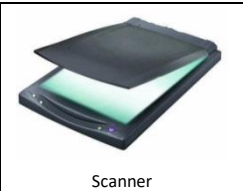
25

Analise os dispositivos a seguir e assinale 1 para dispositivo de entrada de dados e 2 para saída de dados.

()  Mouse

()  Projektor

()  Microfone

()  Scanner





()  Óculos de realidade virtual

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 1 – 2 – 1.
- (B) 1 – 2 – 1 – 1 – 2.
- (C) 2 – 2 – 1 – 1 – 2.
- (D) 2 – 1 – 2 – 1 – 1.
- (E) 1 – 2 – 1 – 2 – 2.

26

Relacione o ícone (botão) ao respectivo modo de exibição do documento no MS Word.

- 1.  () Layout de impressão
- 2.  () Layout da Web
- 3.  () Estrutura de Tópicos
- 4.  () Leitura em Tela Inteira

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 4 – 2 – 3
- (B) 2 – 3 – 1 – 4
- (C) 3 – 1 – 4 – 2
- (D) 4 – 3 – 1 – 4
- (E) 3 – 2 – 4 – 1

Aspectos Locais de Caraguatuba

27

Hoje revigorada (embelezada) e adornada com os fortes matizes do sólido surto desenvolvimentista, impresso em todos os seus rincões pela Administração Nossa Caraguá, essa terra, a antiga Vila de Caraguatuba, desponta vitoriosa, da Tabatinga ao Perequê-Mirim, como o grande Portal do Litoral Norte Paulista.

Disponível em: <https://fundacc.sp.gov.br/livro-santo-antonio/27/06/2023/livro-digitalizado-santo-antonio-de-caraguatuba-organizado-por-jurandyr-ferraz-de-campos> Acesso: 03 ov.2023 (p. 9)

Sobre os aspectos físicos e socioeconômico do Município de Caraguatuba, analise as afirmativas a seguir.

- I. A cidade de Caraguatuba é o ponto central da região do Litoral Norte, contendo uma área territorial com pouco mais de 3.000Km², sendo o maior município de São Paulo.
- II. A ocupação em áreas de risco colaborou para a maior catástrofe da história do Município, em 1967, quando chuvas intensas provocaram desmoronamentos gigantescos, arrastando trechos enormes de florestas.
- III. O Município, integrado à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, está localizado entre os dois maiores centros produtores e consumidores do país, caracterizando-se por alto potencial turístico.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28



Disponível em: <http://www.theresacatharinacampos.com/comp7449.htm>. Acesso em: 03 out. 2023.

A *charge* apresenta informações sobre movimentos migratórios de destaque, no decorrer do século XX, que estão relacionados à

- I. política emigratória do governo japonês, com o objetivo de aliviar as tensões sociais decorrentes da falta de terras cultiváveis.
- II. ida dos decasséguis, para trabalharem como operários nas indústrias japonesas.
- III. partida de nipo-brasileiros em direção aos Estados Unidos, em busca de qualificação e oportunidades de trabalho.

Está correto o que se afirma em

- (A) II apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

Os caixaras são habitantes tradicionais das regiões costeiras dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Desde o início do período colonial, eles habitam áreas entre a Mata Atlântica e o mar e se utilizam de diferentes ambientes.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-natureza-o-caicara> Acesso em: 01 nov. 2023. (Adaptado)

Sobre a cultura desse grupo populacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. É identificada pelos bens de natureza imaterial, como aqueles que dizem respeito às práticas sociais, hábitos, costumes e manifestações de saberes tradicionais.
- II. É identificada pelos elementos materiais, relacionados aos bens tangíveis, como moradias, utensílios, objetos artísticos e embarcações.
- III. É identificada pelas condições de atraso em relação às demais manifestações culturais, uma vez que apresenta um baixo desenvolvimento tecnológico.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30

O crescimento e a expansão urbana trazem, em seu próprio processo constitutivo, riscos e perigos que se expressam pela falta de ajuste e aderência da produção do espaço urbano aos sistemas naturais.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PNGyCQW6T8jkkfdHTw5DKys/?lang=pt> Acesso: 19. out.2023.

Como causa e consequência desse processo no Município de Caraguatatuba, assinale a afirmativa correta.

- (A) A expansão dos serviços de infraestrutura e o crescimento populacional.
- (B) A especulação imobiliária e a redução do preço do solo das áreas urbanas.
- (C) O aumento da atividade turística e os riscos de rompimento de oleodutos.
- (D) A intensificação de processos migratórios e a ocupação de áreas de risco ambiental.
- (E) A requalificação do potencial paisagístico e a ampliação das condições de poluição industrial.

Conhecimentos Específicos

31

Carlos, proprietário de um lote de 800m² no Município de Caraguatatuba, em área de incidência do direito de preempção, resolveu alienar onerosamente o imóvel. Ao tomar conhecimento do fato, José, interessado na aquisição do bem, ofereceu proposta de compra e venda a Carlos.

Considerando a regulamentação do direito de preempção em favor do Município de Caraguatatuba para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 42/2011, assinale a afirmativa correta.

- (A) O imóvel de Carlos, por ter apenas 800m², não se submete ao direito de preempção em favor do Município de Caraguatatuba.
- (B) O imóvel colocado à venda por Carlos, em área de incidência do direito de preempção, deverá ser oferecido ao Município de Caraguatatuba, que terá preferência para aquisição pelo prazo de dez anos.
- (C) O proprietário Carlos deverá comunicar ao órgão competente do Município de Caraguatatuba, no prazo de 60 (sessenta) dias, sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.
- (D) O Município de Caraguatatuba poderá manifestar o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel de propriedade de Carlos, no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- (E) A ausência de manifestação expressa da Prefeitura de que pretende exercer o direito de preferência, no prazo legal, faculta Carlos a alienar o seu imóvel também a outros interessados além de José, dispensada nova comunicação ao Município.

32

Nos termos da redação atual da Lei Orgânica do Município de Caraguatatuba, dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara os Projetos concernentes

- (A) ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.
- (B) ao zoneamento urbano.
- (C) à alienação de bens imóveis.
- (D) à autorização para obtenção de empréstimos de instituições financeiras.
- (E) à aprovação de representação, solicitando a alteração do nome do Município.

33

José, servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e estável, com o objetivo de atuar na defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de sua categoria, candidatou-se ao cargo de dirigente sindical.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Caraguatatuba, bem como da Lei Complementar Municipal nº 25, de 25 de outubro de 2007, assinale a afirmativa correta.

- (A) José, caso seja eleito, gozará da garantia da inamovibilidade até um ano após o término do mandato, salvo se incorrer em falta disciplinar de natureza média ou grave definidas em lei.
- (B) José não terá considerado como de efetivo serviço o período de afastamento decorrente da licença para o exercício de mandato classista.
- (C) José, caso seja eleito, poderá licenciar-se do cargo que ocupa, por uma única vez, sem prejuízo da remuneração, para desempenhar o mandato classista.
- (D) José, caso a licença concedida para exercer o mandato classista seja igual ou superior a 3 anos, não terá esse tempo computado para efeito de promoção,
- (E) José, a critério da Administração, poderá licenciar-se enquanto perdurar o mandato sindical, sem prejuízo da remuneração do cargo que ocupa.

34

Ágata, servidora pública municipal, ocupante de cargo de provimento efetivo, desempenhando função gratificada no Município de Caraguatatuba, cumpriu o estágio probatório em agosto do corrente ano e obteve 70% (setenta por cento) do total de pontos em sua avaliação de desempenho funcional.

Considerando o que dispõe a Lei nº 1.484/2007, que promoveu alterações na Lei nº 992/2002, que trata sobre o plano de cargos e carreiras da Prefeitura de Caraguatatuba, assinale a afirmativa correta.

- (A) A servidora pública faz jus à promoção na carreira, uma vez que cumpriu o estágio probatório e foi bem avaliada.
- (B) A servidora não faz jus à promoção por encontrar-se em desvio de função.
- (C) A servidora ainda não está apta a concorrer à promoção na carreira, pois não cumpriu o interstício mínimo previsto em lei, embora já possua avaliação satisfatória.
- (D) A progressão será concedida à servidora, automaticamente, depois de decorridos 2 (dois) anos do cumprimento do estágio probatório.
- (E) Uma vez que a servidora preenche os requisitos previstos em lei para obter a promoção, os efeitos financeiros decorrentes vigorarão a partir do primeiro dia do mês subsequente à sua concessão.

35

O Procurador-Geral do Município *Alfa*, com base em dados estatísticos, constatou que o Município vinha sendo parte em diversas demandas, nas quais eram discutidas questões de direito que já tinham sido apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal, de modo favorável à edilidade, em inúmeras ações de controle concentrado de constitucionalidade a respeito de normas afetas a outros entes federativos.

Após realizar alentada análise dessa situação, o Procurador-Geral concluiu, corretamente, que

- (A) o direito brasileiro adota o princípio da transcendência dos motivos determinantes, de modo que os entendimentos exarados nos referidos acórdãos têm efeito vinculante nas demandas em que *Alfa* é parte, sendo cabível reclamação.
- (B) *Alfa* pode ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental, para que seja reconhecida a injuridicidade da continuidade das relações processuais em que são discutidas teses já apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) o efeito vinculante dos acórdãos proferidos em sede de controle concentrado de constitucionalidade alcança todas as estruturas de poder, logo, normas editadas por *Alfa*, em desacordo com esses entendimentos, são inválidas.
- (D) é possível que *Alfa* venha a propor a edição de súmula vinculante, no curso de um dos processos em que figure como parte, o que não obstará a sua tramitação, ainda que em caráter provisório.
- (E) em razão da repetição de decisões sobre matéria constitucional, a Procuradoria-Geral de *Alfa* pode requerer, de modo abstrato, a edição de súmula vinculante.

36

O Estado *Alfa* editou a Lei nº X, na qual dispõe sobre matéria afeta à sua competência legislativa concorrente com a União, acrescentando-se que este ente federativo, na ocasião, ainda tinha editado lei sobre a temática.

Em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, que veiculou normas gerais sobre a temática em sentido diametralmente oposto ao da Lei nº X.

O Partido Político *Beta* entende que ambos os diplomas normativos afrontam a Constituição da República, de modo que a sua incidência em alguma situação concreta seria extremamente prejudicial ao interesse público.

Por essa razão, consultou sua assessoria a respeito dos efeitos da sucessão entre os referidos diplomas normativos e sobre a possibilidade de submetê-los ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, considerando os mencionados efeitos deletérios que produzirão.

A assessoria respondeu, corretamente, que

- (A) a Lei nº X teve sua eficácia suspensa pela Lei nº Y, sendo que, caso este último diploma normativo seja submetido ao controle concentrado de constitucionalidade, o mesmo deve ser feito em relação ao anterior.
- (B) a Lei nº X foi revogada pela Lei nº Y, sendo que, caso este último diploma normativo seja submetido ao controle concentrado de constitucionalidade, o mesmo deve ser feito em relação ao anterior.
- (C) como a Lei nº Y suspendeu a eficácia da Lei nº X, somente aquela, não esta, deve ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade.
- (D) em nenhuma hipótese a Lei nº X poderia ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade, já que se contrapõe à Lei nº Y, não a uma norma constitucional.
- (E) como a Lei nº Y revogou a Lei nº X, somente aquela, não esta, deve ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade.

37

Nos termos do Art. 19, inciso I, da Constituição da República, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios *estabelecer cultos religiosos, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.*

Considerando a classificação das normas constitucionais, é correto afirmar que, a partir da interpretação do referido preceito, é obtida uma norma de eficácia

- (A) limitada, definidora de princípio programático.
- (B) limitada, definidora de princípio institutivo.
- (C) contida e de aplicabilidade imediata.
- (D) plena e de aplicabilidade restritiva.
- (E) plena e de aplicabilidade mediata.

38

O Prefeito do Município *Alfa*, após praticar quatro conjuntos de atos administrativos, solicitou que sua assessoria analisasse a necessidade, ou não, de a sua legalidade ser apreciada pelo Tribunal de Contas para fins de registro.

Os atos praticados foram os seguintes:

- I. nomeação de ocupantes de cargos em comissão;
- II. nomeação de ocupantes de empregos públicos;
- III. concessão de aposentadoria; e
- IV. concessão de melhorias em pensões já concedidas, sem alteração do fundamento legal do ato concessório.

A assessoria respondeu, corretamente, que devem ser submetidos à apreciação do Tribunal de Contas os atos

- (A) I, II III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

39

Maria, professora de Direito Municipal, instou João, seu aluno, a apresentar quatro características afetas ao regime estipendial dos vereadores.

Em resposta, João, entre outras informações, afirmou que:

- I. é fixado em lei;
- II. é fixado em uma legislação para vigor na subsequente;
- III. a Câmara não pode gastar mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluindo o gasto com subsídio dos Vereadores; e
- IV. o total da despesa com o estipêndio dos vereadores não pode superar cinco por cento da receita do Município.

À luz da sistemática constitucional, em relação às respostas de João, está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

40

Ao tomar posse como prefeito, Odorico questionou sua assessoria jurídica acerca de como é efetuado o julgamento anual das contas do Chefe do Poder Executivo local, no que foi corretamente informado de que tal julgamento deverá ser realizado

- (A) exclusivamente pela Corte de Contas com atribuição para tanto.
- (B) exclusivamente pela Câmara de Vereadores, pela votação da maioria de seus membros.
- (C) concorrentemente pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado e pela Câmara de Vereadores.
- (D) pela Corte de Contas, cujo parecer deve ser homologado pela Câmara de Vereadores.
- (E) pela Câmara de Vereadores, mediante parecer prévio da Corte de Contas, que só deixará de prevalecer pelo voto de dois terços da Casa Legislativa.

41

Mauro, procurador do município *Delta*, foi questionado pelo Secretário Municipal da Saúde se estaria no âmbito de suas atribuições profissionais promover a defesa de autoridades competentes e servidores públicos que tenham cometido irregularidades no curso de procedimentos licitatórios, quando atuarem em consonância com o parecer do assessoramento jurídico elaborado ao final da fase preparatória.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, Mauro respondeu corretamente que, a critério do agente público, a advocacia pública municipal

- (A) não deve promover a defesa de tais agentes em nenhuma hipótese.
- (B) deve promover a defesa de tais agentes, em qualquer hipótese, se ainda estiverem em atividade, ocupando o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.
- (C) deve promover a defesa de tais agentes, exclusivamente, nas searas administrativa e controladora, mas não na esfera judicial.
- (D) deve promover a defesa de tais agentes, ainda que tenham atuado em desacordo com o aludido parecer jurídico.
- (E) não deve promover a defesa de tais agentes quando provas da prática de atos ilícitos dolosos constarem dos autos de processo administrativo ou judicial.

42

Entre 2010 e 2020, Gilberto ocupou diversos cargos políticos em Municípios distintos, mas praticou condutas caracterizadas como atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário, algumas delas de forma culposa e outras de forma dolosa, sendo certo que em um caso específico houve o ajuizamento da respectiva demanda, cuja decisão condenatória transitou em julgado em 2019.

Diante dessa situação hipotética, tendo em conta o disposto na Lei nº 8.429/92, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e a orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Municípios eventualmente lesados pelas condutas de Gilberto não têm mais legitimidade para o ajuizamento da respectiva ação de improbidade, mesmo que não tenha se operado a prescrição.
- (B) Se a ação de improbidade tiver sido ajuizada antes da alteração legislativa, mas ainda estiver pendente de sentença, é possível a condenação de Gilberto pelos referidos atos de improbidade na modalidade culposa.
- (C) A norma mais benéfica para o agente, que não mais admite a modalidade culposa de improbidade, deve retroagir para beneficiar Gilberto, inclusive na aludida hipótese em que houve o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) O novo regime prescricional estabelecido pela alteração legislativa é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da respectiva norma.
- (E) Os Municípios lesados pela conduta de Gilberto podem ajuizar a respectiva ação de improbidade por atos culposos, mesmo após o advento da alteração normativa, observando-se os prazos prescricionais previstos na nova lei.

43

Após os devidos trâmites administrativos, o Município *Alfa* ajuizou ação de desapropriação por utilidade pública para fins de construir uma ponte, que tem por objeto o imóvel de Matilde. Houve a regular imissão provisória na posse e o ente federativo demoliu a casa em que ela morava, construída no mencionado terreno, para a realização da obra.

Posteriormente, verificou-se a existência de um erro no respectivo projeto, de modo que o imóvel em questão, na realidade, não é necessário para o fim almejado, razão pela qual o ente federativo pretende desistir da desapropriação

Considerando que Matilde promoveu o levantamento dos valores previamente depositados em Juízo para a imissão provisória na posse e que ainda não há sentença nos respectivos autos, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o Município

- (A) não poderá desistir da desapropriação, diante do ajuizamento da respectiva demanda.
- (B) poderá desistir da desapropriação em questão, na medida em que ainda não ocorreu o trânsito em julgado.
- (C) não poderá desistir da desapropriação, em decorrência da alteração substancial do bem de Matilde, que compromete a sua utilização como antes do processo desapropriatório.
- (D) poderá desistir da desapropriação a qualquer tempo, mesmo após o pagamento integral do preço, diante do interesse público subjacente.
- (E) não poderá desistir da desapropriação, considerando que Matilde promoveu o levantamento do depósito prévio.

44

Interessada em melhor compreender as peculiaridades atinentes ao teto constitucional de remuneração aplicável aos procuradores do Município, Aurélia decidiu aprofundar-se nos dispositivos que versam sobre a matéria, bem como na orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O teto constitucional não é aplicável a eventuais verbas indenizatórias previstas em lei que venham a ser percebidas por procurador do Município.
- (B) Os eventuais honorários sucumbenciais que venham a integrar a remuneração dos procuradores municipais não se submetem ao aludido patamar.
- (C) O único limite a ser observado na remuneração de procurador do Município é a integralidade do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Caso não haja disposição local em contrário, o parâmetro a ser usado para o cargo de procurador do Município é o subsídio do prefeito.
- (E) Apenas o subsídio dos procuradores está submetido ao limite de remuneração em questão, de modo que outras parcelas remuneratórias ou indenizatórias que estejam previstas em lei e tenham respaldo constitucional, não precisam observar o mencionado patamar.

45

Norberto é servidor público estável do Município de Caraguatubá que exerce a função de agente da contratação e estava conversando com sua amiga Selma, que é servidora estável do mesmo Município, ocupante de cargo que exerce atribuição relacionada à autotutela administrativa, acerca das similaridades e distinções entre a anulação dos atos e dos contratos administrativos, notadamente diante da orientação dos Tribunais Superiores e das alterações resultantes da Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, os aludidos servidores concluíram corretamente que

- (A) a existência de qualquer vício, seja no ato, seja no contrato administrativo, deve necessariamente levar à sua anulação.
- (B) enquanto os vícios sanáveis dos atos administrativos podem ser convalidados, os defeitos do contrato devem importar em sua anulação, independentemente do interesse público envolvido.
- (C) os vícios insanáveis dos atos administrativos devem ensejar a sua anulação, já nos contratos, além da inviabilidade de saneamento do defeito, é necessária a caracterização do interesse público na invalidação, atendidos os requisitos estabelecidos para tanto.
- (D) na anulação de contrato administrativo deve ser observada a ampla defesa e o contraditório, que não é necessária para a invalidação de atos, mesmo que produzam efeitos na esfera jurídica de terceiros de boa-fé.
- (E) uma vez caracterizada a existência de vícios insanáveis nos atos ou nos contratos administrativos, a anulação em um ou outro caso deve produzir efeitos retroativos, pois não é cabível resguardar efeitos nas hipóteses de nulidade.

46

Certo ente federativo fez publicar a Lei XYZ que autorizou a criação de determinada empresa pública, designada *Sol*, promovendo, por conseguinte, o registro dos atos constitutivos, para realizar atividade econômica em sentido estrito, de relevante interesse público, expressamente delimitada na norma.

A aludida lei tem um dispositivo que autoriza a mencionada entidade administrativa a criar subsidiárias no respectivo setor de atuação, a partir do qual, após os devidos trâmites, foi instituída a subsidiária *Lua*. Não obstante, passou a ser analisado um plano de desinvestimento da sociedade *Sol*, que inclui estudos acerca da viabilidade de alienação do controle acionário da sociedade *Lua*.

Diante da mencionada situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 13.303/2016 e da orientação dos Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A criação da subsidiária *Lua* é inconstitucional, na medida em que o ente federativo em questão deveria ter editado uma lei específica para tal finalidade.
- (B) A venda do controle acionário da subsidiária *Lua* depende de nova autorização legislativa específica para tanto, bem como licitação na modalidade diálogo competitivo.
- (C) Apesar de não ser necessária nova autorização legislativa específica para a alienação do controle acionário da subsidiária *Lua*, é imprescindível a realização de licitação na modalidade concorrência.
- (D) A operacionalização da venda do controle acionário da subsidiária *Lua* sem licitação é viável, desde que garantida a competitividade entre os potenciais interessados e observados os princípios da Administração pública, não sendo necessária a edição de nova lei autorizativa específica para tanto.
- (E) Assim como a criação, a extinção da subsidiária *Lua* não depende de nova autorização legislativa específica, mas é necessária a realização de licitação para a venda do respectivo controle acionário, ainda que na modalidade leilão, prevista em lei para as hipóteses de desestatização.

47

Durante o 24º Festival do Camarão realizado na Praça da Cultura, Praia do Centro, Caraguatatuba, foi capturada a imagem de Vera Miriam, personalidade feminina da cidade. A foto teve uma grande repercussão nas redes sociais, tendo sido usada, sem autorização prévia de Vera, em uma propaganda comercial de uma distribuidora de crustáceos. Diante do ocorrido, Vera procura advogado(a), relatando o ocorrido e desejando saber se teria direito à eventual indenização por perdas e danos.

A respeito da situação hipotética, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para que Vera tenha direito à eventual indenização por uso de sua imagem em uma propaganda empresarial, torna-se necessária a demonstração dos prejuízos sofridos.
- (B) A violação do direito à imagem depende da demonstração, por parte da vítima, da conduta voluntária e consciente; da violação do direito e do prejuízo ou do dano, ainda, que exclusivamente moral.
- (C) É livre a utilização da imagem de uma pessoa, quando obtida em espaço público, salvo se houver ofensa à honra ou dignidade humana.
- (D) A indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais independe de prova do prejuízo.
- (E) O uso da imagem alheia é absolutamente livre no exercício da atividade empresarial, desde que seja lícita.

48

Augusto Madraga promoveu ação judicial com pedidos de perdas e danos em face do Município de Caraguatatuba. Após trânsito em julgado de sentença civil que condenou o réu ao pagamento de trezentos mil reais, o autor, por meio de seu patrono, peticiona nos autos requerendo o cumprimento da sentença, pleiteando a incidência de multa de dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento, caso o Município de Caraguatatuba, SP, não realize voluntariamente o pagamento no prazo de quinze dias a contar da intimação.

Com base no Código de Processo Civil, na qualidade de Procurador(a) do Município de Caraguatatuba, SP, assinale a opção que apresenta a resposta correta e adequada na defesa dos interesses municipais.

- (A) Em caso de impugnação à execução, o prazo é de quinze dias úteis a contar da intimação que poderá ser feita por carga, remessa ou meio eletrônico.
- (B) Na situação hipotética narrada no enunciado, a multa pleiteada pelo autor na petição de cumprimento de sentença não se aplica à Fazenda Pública.
- (C) No caso de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública, a impugnação deverá ser proposta por meio de embargos de execução, que terá natureza de ação própria, sendo sujeita à livre distribuição.
- (D) Caso não seja realizado o pagamento no prazo de quinze dias úteis, deverá ser oferecido bens livres e desembaraçados para fins de penhora, caso haja inércia, caberá ao oficial de justiça, independentemente de mandado judicial, realizar a penhora.
- (E) Deverá ser pleiteado nos autos a extinção do feito principal com resolução do mérito, caso o autor não tenha juntado aos autos demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

49

Clarice Fagundes promoveu ação em face do Município de Caraguatatuba, pleiteando indenização por perdas e danos no valor de duzentos mil reais em virtude de acidente de trânsito causado por agente público que conduzia veículo de uma das secretarias. O juízo de primeira instância proferiu sentença julgando integralmente procedente o pleito da autora.

A respeito do instrumento jurídico que deverá ser proposto pela Procuradoria Municipal, com base no Código de Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso a sentença viole entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, deverá ser interposto recurso extraordinário junto a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- (B) Deverão ser interpostos necessariamente embargos de declaração, como requisito necessário para eventual recurso ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- (C) Deverá ser interposta apelação por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, tendo o recurso, em regra geral, efeito suspensivo.
- (D) O prazo para a interposição do recurso é de quinze dias úteis a contar da intimação eletrônica da sentença.
- (E) Como a fazenda pública foi condenada, é vedada à procuradoria municipal a interposição de recurso, devendo aguardar o resultado do reexame necessário para a manifestação adequada.

50

Com relação à repartição das receitas tributárias, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto sobre a renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- () Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do IPVA, dos veículos automotores licenciados em seus territórios.
- () Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do ITR.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – F – F.

51

Determinada igreja aluga um imóvel de sua propriedade para uma pessoa jurídica. Os valores do aluguel são aplicados integralmente nas atividades religiosas da igreja.

Sobre a hipótese, de acordo com a CRFB/88 e com o entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O imóvel é isento do IPTU, pois o valor dos aluguéis está sendo aplicado nas atividades essenciais da igreja.
- (B) O imóvel é imune ao IPTU, pois o valor dos aluguéis está sendo aplicado nas atividades essenciais da igreja.
- (C) O imóvel não é imune ao IPTU, pois está alugado a terceiro, devendo o imposto ser recolhido pelo locador.
- (D) O IPTU é devido pelo locatário, pois não exerce atividades religiosas, não havendo imunidade no caso.
- (E) As igrejas não possuem benefícios tributários relacionados ao IPTU, devendo o imposto ser recolhido.

52

O Município *Delta* enviou, em janeiro de 2018, carnê de IPTU de 2018, com a possibilidade de pagamento do imposto à vista (cota única), com vencimento em 31 de janeiro de 2018, ou parcelado em 12 cotas, com vencimento entre janeiro e dezembro de 2018.

Como o contribuinte não realizou o pagamento, o Município *Delta*, de ofício, considerou que houve parcelamento da dívida tributária, com o crédito constituído ao final do vencimento da última cota, em dezembro de 2018.

Em novembro de 2023, em razão da ausência de pagamento do imposto pelo contribuinte, o Município *Delta* ajuizou execução fiscal visando à cobrança do crédito tributário de IPTU, sendo determinada a citação do contribuinte no mesmo mês do ajuizamento.

Sobre a hipótese, é correto afirmar que

- (A) houve extinção do crédito tributário pela decadência.
- (B) o parcelamento suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional ao fim do parcelamento.
- (C) o parcelamento não configurou causa interruptiva da contagem da prescrição, visto que não houve anuência do contribuinte, estando o crédito prescrito desde fevereiro de 2023.
- (D) não há de se falar em decadência e prescrição do crédito, visto que o Município *Delta* tem 5 anos para constituir o crédito e mais 5 anos para cobrar o crédito.
- (E) o crédito de IPTU não prescreveu, visto que o prazo prescricional se inicia no primeiro dia do exercício seguinte ao vencimento.

53

O Município *Alfa* ajuizou execução fiscal visando à cobrança de taxa em face de João, que não tem domicílio certo.

Ao ser citado, João não apresentou defesa e não garantiu a execução.

No curso da execução, o Município *Alfa* verificou que João tentou alienar bem de sua propriedade sem antes pagar os valores devidos à fazenda municipal.

Na hipótese, visando à indisponibilidade imediata dos bens de João, até o limite do crédito, o Município *Alfa* pode

- (A) ajuizar medida cautelar fiscal.
- (B) ajuizar nova execução fiscal.
- (C) ajuizar mandado de segurança.
- (D) interpor apelação.
- (E) interpor agravo de instrumento.

54

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, ao regulamentar o Art. 169 da CRFB/88, fixa os percentuais máximos para a despesa total com pessoal, em cada período de apuração.

Nesse aspecto, segundo a LRF, assinale a opção que indica o percentual da receita corrente líquida que os municípios **não** poderão exceder.

- (A) 20%.
- (B) 30%.
- (C) 40%.
- (D) 50%.
- (E) 60%.

55

O Art. 100 da CRFB/88 dispõe sobre os pagamentos devidos pelos entes da Federação, decorrentes de sentenças judiciais.

Com relação aos precatórios, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedada a cessão de precatório a terceiros.
- II. Os precatórios alimentares têm prioridade de pagamento sobre outros precatórios não-alimentares, desde que inseridos no mesmo orçamento.
- III. Os honorários advocatícios incluídos na condenação constituem verba de natureza alimentar para fins de expedição de precatório.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

56

Em face de uma sentença que julgou o pedido de uma reclamação trabalhista procedente em parte, a sociedade empresária interpôs recurso ordinário. Porém, seu recurso teve o seguimento negado sob a alegação de intempestividade. Contudo, o recurso estava tempestivo porque o juiz contou o prazo em dias corridos, quando deveria fazê-lo em dias úteis.

Assinale a opção que indica o meio jurídico mais técnico, adequado e econômico que a reclamada, intimada na véspera, deverá se valer para conseguir o processamento do seu recurso explicando o equívoco.

- (A) Interpor Agravo de Petição.
- (B) Impetrar Mandado de Segurança.
- (C) Interpor Agravo de Instrumento.
- (D) Opor Embargos de Declaração.
- (E) Interpor Recurso Ordinário Complementar.

57

Hermenêutica é a teoria científica que tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos que devem ser utilizados na interpretação. Trata-se de uma ciência, e não de uma construção pessoal criativa própria de cada intérprete. Ela envolve as operações de interpretação, integração e aplicação do Direito.

Assinale a opção que a doutrina identifica como tipologia de interpretação quanto à origem.

- (A) Teleológica.
- (B) Autêntica.
- (C) Literal.
- (D) Sistemática.
- (E) Lógica.

58

Américo, conhecido roubador, em comunhão de ações e desígnios com Guilherme, servidor público, decidiu invadir a repartição pública em que este trabalhava e de lá subtrair computadores e demais itens de valor. A invasão seria facilitada pela condição de servidor ostentada por Guilherme. Conforme o ajuste entre eles, os comparsas deveriam ingressar e sair sem serem notados. Entretanto, ao saírem do prédio, foram abordados pelo vigilante da repartição.

A manutenção da posse dos bens subtraídos foi possível porque Américo portava a arma que usualmente utilizava em suas atividades criminosas e exerceu grave ameaça para impedir a reação do vigilante.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambos devem responder por peculato, incidindo em desfavor de Américo aumento de pena pela grave ameaça empregada.
- (B) Ambos devem responder por roubo impróprio circunstanciado pelo concurso de agentes, mas apenas Américo deve ter a pena aumentada pelo emprego da arma de fogo.
- (C) Américo deve responder por roubo impróprio, ao passo que Guilherme deve responder por peculato com causa de aumento em razão da ação de Américo.
- (D) Américo deve responder por roubo, por não ostentar a qualidade de servidor público, ao passo que Guilherme deve responder por peculato.
- (E) Houve colaboração dolosamente distinta, o que impõe que Américo responda por furto e resistência e Guilherme deve responder por peculato.

59

Marcos, empresário, 35 anos, reincidente, falsificou documentos contábeis de sua pessoa jurídica de forma a suprimir, todos os meses, os tributos devidos. Essa prática perdurou por todo o funcionamento das atividades empresariais, compreendido o período entre janeiro de 2010 a janeiro de 2015. Cada mês de supressão de tributo ensejou um processo administrativo fiscal, que culminou com o lançamento definitivo dos tributos suprimidos, mês a mês, no período de janeiro de 2015 a janeiro de 2020, respectivamente.

Por esses fatos, Marcos foi denunciado (denúncia recebida em março de 2021; pena abstrata: 2 a 5 anos) e condenado por 61 crimes materiais contra a ordem tributária, em continuidade delitiva, a uma pena de 3 anos e quatro meses de reclusão (pena de dois anos acrescida de 2/3 pela continuidade delitiva).

A sentença foi publicada e transitou em julgado em agosto de 2023.

Sobre os fatos destacados no enunciado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva entre a data do fato e o recebimento da denúncia em relação aos fatos ocorridos entre janeiro e maio de 2010, pela pena concretamente aplicada.
- (B) O prazo prescricional é de dez anos e oito meses, em razão da pena concretamente aplicada, por este motivo, não há prescrição da pretensão executória no caso relatado.
- (C) O prazo da prescrição da pretensão punitiva é de quatro anos, em razão da pena concretamente aplicada, e ocorreu a prescrição relativa aos fatos ocorridos entre janeiro de 2015 a fevereiro de 2017.
- (D) O prazo prescricional é de doze anos entre o fato e o recebimento da denúncia, e não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva de nenhum dos fatos.
- (E) O prazo da prescrição da pretensão punitiva aplicável é de cinco anos e quatro meses, em razão da reincidência, e esta não ocorreu em nenhum dos marcos interruptivos.

60

Marília e Dirceu são casados sob o regime de comunhão parcial de bens. Dirceu se tornou réu em ação penal pela prática de fatos tipificados como corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa, e teve contra si decretada a medida assecuratória incidente sobre o apartamento adquirido na constância da sociedade conjugal.

Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A medida assecuratória pode recair sobre bens de origem lícita, caso tenha por fundamento assegurar o pagamento de multa e custas processuais.
- (B) Marília, por não ser ré no processo, não pode ter seu patrimônio atingido pelas medidas constritivas, o que torna incabível a indisponibilidade sobre bens indivisíveis.
- (C) Marília, por não ser ré no processo, poderá impetrar mandado de segurança a fim de resguardar sua meação, ainda que os bens constituam proveito do crime.
- (D) Para solicitar a liberação de bens, o acusado Dirceu deve comparecer pessoalmente ao Poder Judiciário, dispensada a participação de advogado no requerimento.
- (E) A dilação probatória sobre a alegação de origem lícita dos bens deve ocorrer nos autos do processo principal, confundindo-se com o próprio mérito da imputação.

Realização

